



# Informativo do **sindPREVS** FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná



FACEBOOK: <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

## NOTÍCIAS 22 DE DEZEMBRO



Desejamos a todos um NATAL de Paz e reflexão e que em 2016 possamos estar novamente juntos e unidos em torno de ideais comuns!

Diretoria Colegiada do **sindPREVS**

### **HORÁRIO ESPECIAL – NATAL E ANO NOVO**

COMUNICAMOS QUE O EXPEDIENTE DO SINDICATO SE ENCERRARA NOS DIAS 23 E 30 AS 14:00 HORAS, NOS DIAS 24 E 31 NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE.

RETORNAREMOS AO ATENDIMENTO NA SEGUNDA-FERIA DIA 04 DE JANEIRO DE 2016.

À DIREÇÃO COLEGIADA DO **SINDPREVS**





## "Não há previsão de concursos em 2016"

Ministro do Planejamento diz que, com restrição orçamentária, certames estão suspensos. Ele garante que pasta manterá protagonismo



*Os servidores públicos são muito importantes, porque materializam e instrumentalizam a atuação do governo. E nós precisamos sempre ter um diálogo e uma relação respeitosa com todas as categorias*

O ministro do Planejamento, Valdir Simão, defende a reforma da Previdência Social pois, na sua avaliação, o modelo existente hoje é insustentável. Para ele, é preciso retardar as aposentadorias. Em entrevista exclusiva ao Correio após ser empossado pela presidente Dilma Rousseff, diz que trabalhará ativamente para que esse tema seja levado adiante. De acordo com Simão, o Planejamento não perderá o protagonismo econômico com sua chegada. Defende que o governo pague o mais rapidamente possível as pedaladas fiscais de R\$ 57 bilhões, para que 2016 comece sem pendências. Segundo o ministro, devido às restrições fiscais, não estão previstos concursos públicos no ano que vem. Sobre o tratamento que será dispensado aos servidores, é enfático: “Precisamos ter um diálogo e uma relação respeitosa com todas as categorias”.

### **Como será a sua relação com os servidores públicos?**

Os servidores públicos são muito importantes porque são eles que materializam e instrumentalizam a atuação do governo. E nós precisamos sempre ter um diálogo e uma relação respeitosa com todas as categorias. Cerca de 85% dos servidores já firmaram acordos salariais para os próximos (dois) anos. Faltam ainda categorias muito importantes e nós precisamos avançar. A minha disposição é conversar. E espero que o time do Planejamento busque as alternativas que possam ser compatibilizadas com a esforço fiscal que estamos fazendo.

### **Os concursos para o próximo ano estão suspensos?**

Nós não temos a expectativa de novos certames para o próximo ano, e isso vai depender muito do cenário fiscal. Esse é um tema que vamos aprofundar, analisar com bastante cuidado e tomar as decisões que busquem sempre o equilíbrio entre o resultado fiscal e a retomada do crescimento.

### **Qual será o papel do Ministério do Planejamento daqui por diante? A pasta perderá o protagonismo na definição da política econômica?**

O Ministério do Planejamento tem capacidade de formulação área econômica. As rotinas e os processos de trabalho estão muito bem definidos. Do ponto de vista da execução orçamentária, o Planejamento administra o Orçamento e garante a boa execução. E as decisões em relação ao Orçamento são tomadas na

junta orçamentária, que reúne o centro do governo, Casa Civil, Fazenda e Planejamento. Portanto, temos protagonismo e vamos continuar tendo. Do ponto de vista das reformas, também. A principal reforma que precisamos evoluir é a tributária. Essa tem no Ministério da Fazenda o seu protagonismo. Com relação à reforma previdenciária, ela alcança os demais ministérios. E, nesse caso, inclusive o Planejamento e eu, pessoalmente, por ser minha área de formação.

**O senhor já passou pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pelo Ministério da Previdência Social. Conhece bem essa área. Quais serão suas contribuições para a reforma da Previdência?**

Nós precisamos melhorar a gestão. Esse é um processo contínuo para garantir (aos segurados) um acesso rápido (aos benefícios). Quando há atrasos, os pagamentos são feitos com correção monetária. Quando um beneficiário não consegue fazer uma perícia, o governo acaba gastando mais com os dias de agastamento. Então, a eficiência na gestão é importante, e isso tem que ser perseguido. O INSS melhorou muito nos últimos anos, mas é um processo contínuo. E, do ponto de vista do modelo estrutural, precisamos fazer os ajustes que se coadunem com a nova realidade do ponto de vista demográfico, com o envelhecimento em relação à população economicamente ativa. Essa relação vai piorar. Também precisamos discutir qual é o preço disso e se a sociedade está disposta a pagar. Eu, pessoalmente, acho que é muito importante ter medidas que posterguem a entrada dos segurados na inatividade. Seja por estabelecimento de uma idade mínima, seja por intermédio de uma fórmula como a 85/95, que considere o tempo de contribuição e a idade. Nesse caso, deve haver um ajuste ao longo dos anos em função do aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Quero participar ativamente dessa discussão e contribuir com a minha experiência nessa área, para que possamos apresentar uma proposta que possa ser mais do que encaminha, mas aprovada pelo Congresso Nacional. Temos um apontamento de déficit da Previdência de R\$ 125 bilhões em 2016. Isso é muito sério.

**Mas essas reformas dependem também de colocar as contas do governo em dia. Como será feito o pagamento das pedaladas fiscais?**

Ha um apontamento do Tribunal de Contas da União (CGU) que não cabe discutir. A minha opinião é de que temos que procurar saldar isso o mais rapidamente possível. A própria alteração (da meta fiscal) no Orçamento de 2015 abre essa possibilidade. Hoje, temos um prazo dado pelo TCU para a apresentação de uma proposta. Mas, no que for possível avançar ainda este ano, a minha opinião é que temos que resolver. É claro que temos que levar essa discussão para a junta orçamentária, que tomará essa decisão. Precisamos virar essa agenda e começarmos o ano, se possível, sem essa pendência.

**O senhor trabalhará em parceria com a CGU para coibir desvios na administração pública?**

O trabalho que a CGU faz é muito importante. Tivemos, neste ano, 32 operações em parceria com a Polícia Federal. Desde 2003, não havia tantas operações. Portanto, a CGU está preparada para fazer um trabalho de enfrentamento da corrupção e um trabalho repressivo. Mas é preciso mais. A CGU, como auditoria interna do Executivo Federal, tem a capacidade de monitorar todas as políticas públicas. Precisamos casar a atuação da CGU com o controle que o Planejamento tem que fazer das políticas públicas. E isso faz com que o sistema de controle retroalimente o sistema de planejamento, o que não vinha acontecendo. Queremos inserir a CGU, com seus relatórios qualificados e avaliação dos programas, nesse ciclo de planejamento e avaliação das políticas. (FONTE: CORREIO WEB)

## **Barbosa anuncia projeto de reforma da Previdência em 2016**

Promessa foi feita durante cerimônia de posse pelo novo ministro da Fazenda. Proposta será encaminhada ao Congresso já no primeiro semestre de 2016, garante Nelson Barbosa

A proposta de reforma da Previdência, que introduz uma idade mínima para a aposentadoria, será enviada ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre do próximo ano, informou, há pouco, o novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Em discurso durante a [transmissão de cargo](#), ele reiterou que está comprometido com o [ajuste fiscal](#) e prometeu discutir a criação, no médio prazo, de um teto para as despesas públicas.

“Nos últimos meses, já vimos trabalhando na construção de uma reforma da Previdência, nosso principal gasto primário. Estamos com os problemas mapeados. Esperamos enviar proposta ainda no primeiro semestre”, declarou o ministro.

Em relação ao limite para os gastos federais, Barbosa prometeu construir uma proposta de consenso, que ouça diversos setores da sociedade. “Precisamos avançar na reforma de longo prazo com medidas como a

criação de um limite para despesas públicas. Prometo construir uma proposta de consenso, ouvindo especialistas, ao longo do próximo ano”, disse.



Roberto Stuckert Filho/PR - Com Levy ao fundo, Dilma assina posse de Barbosa

O ministro prometeu trabalhar com empenho para que o Congresso Nacional aprove as propostas de emenda à Constituição que recriam a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU), dispositivo que permite o remanejamento de até 30% do orçamento federal e facilita o cumprimento da meta de superávit primário – economia de gastos para o equilíbrio da despesa pública.

“Nosso maior desafio é fiscal, para criar condições de reduzir o endividamento público, tanto líquido como bruto. Diferentemente do passado, quando o problema era cambial, enfrentamos problema eminentemente interno. O Estado brasileiro tem todos os instrumentos para reequilibrar contas públicas”, afirmou o ministro.

Barbosa também prometeu dar continuidade à reforma do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à que simplifica o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O novo ministro defendeu ainda medidas que aperfeiçoem as concessões de infraestrutura e melhorem o ambiente de negócios, por meio da desburocratização e da simplificação de processos.

Levy faz balanço na despedida

No discurso de despedida, o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy agradeceu à presidenta Dilma Rousseff pela confiança depositada ao longo dos últimos 12 meses. Ao dar boas-vindas a Barbosa, Levy disse que o novo ministro conhece bem a casa, referindo-se aos anos em que o novo ministro trabalhou como secretário de Acompanhamento Econômico, de Política Econômica e secretário executivo, durante a gestão de Guido Mantega.

Levy disse que trabalhou para restabelecer ideias e práticas de transparência e de controle fiscal que haviam sido enfraquecidas e, por vezes, abandonadas nos últimos anos. “Trabalhamos [eu e minha equipe] para aumentar a transparência e valorizar a impessoalidade que deve guiar o Poder Público”, discursou o ministro.

Ao fazer um rápido balanço da gestão, Levy citou a reestruturação do Conselho de Administração de Recursos Federais (Carf), após investigação da Operação Zelotes da Polícia Federal, e os trabalhos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para aumentar a eficácia na cobrança da Dívida Ativa da União. Levy disse que a sociedade, aos poucos, compreendeu a importância de realinhar a economia, por meio da liberação de preços administrados, como energia e combustíveis. “As famílias fizeram um esforço de compreender a necessidade de o Brasil realinhar a economia, principalmente nos preços administrados. A própria presidenta [Dilma] disse que as políticas haviam se esgotado e que, para preservar ganhos, a política econômica tinha de mudar de rumo.”

Segundo o ex-ministro, a economia começa a dar sinais de estabilização, e o governo está sendo cada vez mais claro e transparente. “Sanadas as incertezas política e fiscal e com a sinalização de reformas das quais a presidenta [Dilma] e Barbosa deram enfática manifestação, o Brasil voltará a ter crescimento e dará tranquilidade às famílias brasileiras para levarem seus planos e realizarem seus sonhos. O ano de 2016 será

de grandes realizações e boas surpresas e superação das incertezas políticas que marcaram tanto últimos meses”, concluiu Levy. (FONTE: AGÊNCIA ESTADO)

## Isso não pode dar certo... Nº 2 de Barbosa é suspeito no esquema de compra de medidas provisórias

PF suspeita do Nº 2 do ministro na venda de medidas provisórias



Oliveira é citado na investigação como possível elo dos lobistas na "comprar" medidas provisórias. (Foto: Antônio Cruz/ABR)

Anunciado na segunda-feira, 21, como o novo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique Oliveira é alvo da Operação Zelotes, que apura suposto esquema de compra de medidas provisórias nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O Ministério Público Federal pediu em outubro as quebras dos sigilos bancário e fiscal dele entre 2008 e 2015, o que teria sido autorizado pela Justiça Federal, segundo investigadores. O processo tramita sob sigilo.

Atual "número 2" do Planejamento, Oliveira é citado na investigação como possível elo, no governo federal, dos lobistas suspeitos de "comprar" medidas provisórias. As provas já colhidas apontam que os lobistas tinham contatos no Palácio do Planalto e em ao menos dois ministérios para, supostamente, tratar da edição das normas, que concederam incentivos fiscais a montadoras de veículos.

Oliveira já era braço direito do novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, que o manteve no cargo mesmo depois que seu nome foi citado na Operação Zelotes. Agora, vai acompanhar Barbosa na Fazenda.

### Histórico

Dyogo Henrique Oliveira era secretário adjunto de Direito Econômico do Ministério da Fazenda em 2009 e 2011, quando foram discutidas, editadas e aprovadas as Medidas Provisórias 471 e 512, que estão sob suspeita de "encomenda" e que ampliaram o prazo de incentivos fiscais dados à montadoras de veículos instaladas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ele é citado em anotações do lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, nas quais registrava dados sobre a negociação das normas. Num dos trechos, ele anotou "Diogo/José Ricardo", seguido de "Secretaria de Política Econômica" e "SPE".

Num documento de 2011, a Marcondes e Mautoni Empreendimentos, empresa que teria atuado na compra das MPs, também registra uma reunião com Dyogo entre 28 e 31 de março. O sócio da Marcondes, o lobista Mauro Marcondes, e APS estão presos e já foram denunciados por envolvimento no esquema. Marcondes também é investigado pelo repasse de R\$ 2,5 milhões à uma empresa de Luís Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula no mesmo período da edição de medidas provisórias de interesse do setor automotivo.

### Reuniões

Em nota enviada à reportagem em outubro, Dyogo Oliveira afirmou que, como secretário da Fazenda, tinha como uma de suas atribuições "manter reuniões regulares com diversos setores produtivos, durante as quais esclarecia aspectos legais e técnicos das medidas econômicas em debate".

Dyogo Henrique Oliveira assegurou que "não mantém qualquer tipo de relacionamento com as pessoas citadas como lobistas pela imprensa e que está à disposição para prestar esclarecimentos às autoridades da investigação".

Em relação às investigações acerca da Medida Provisória 471, disse que à época da edição ocupava o cargo de secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. "Era comum, também, a discussão sobre o prazo de duração de eventuais benefícios fiscais, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), desde 2001, limita em, no máximo, cinco anos", informou Oliveira há dois meses. (FONTE: DIÁRIO DO PODER)

## Crise econômica: especialistas do mercado financeiro preveem recessão ainda maior em 2016



Quando o UCHO.INFO afirmou, meses atrás, que Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registraria em 2015 queda de 3% ou mais, muitas foram as críticas dos palacianos, que mais uma vez entoaram o discurso do “quanto pior, melhor”. Na verdade, nossas previsões sempre tiveram como base o bom senso e a experiência de décadas de jornalismo, período em que o editor, em especial, acompanhou as gangorras que marcaram a economia nacional ao longo do tempo.

De acordo com o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (21) pelo Banco Central, os economistas das cem maiores instituições financeiras em atividade no País apostam em queda de 3,70% do PIB em 2015, contra 3,62% da previsão anterior. Para 2016, os especialistas preveem queda do PIB de 2,80%, contra 2,67% da estimativa anterior.

Mesmo com o ano caminhando para o seu final, a projeção para o IPCA de 2016 subiu mais um degrau no Boletim Focus: saltou de 6,80%, previsão da semana anterior, para 6,87%. Diante desse quadro que mostra que o ano vindouro será de acirramento da crise, o BC já anunciou que não mais focará o combate à inflação em 2016, mas no ano seguinte.

O objetivo do BC é, em tese, levar o mais temido fantasma da economia para o centro do plano de metas estabelecido pelo governo, que é de 4,5%, como margem de oscilação de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Em relação ao corrente ano, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou de 10,61% para 10,70%, décima quarta semana de alta consecutiva.

Para piorar o que já é ruim, os economistas estimam que a taxa básica de juro, a Selic, encerrará o ano de 2016 em 14,75% ao ano. Atualmente, a Selic está em 14,25% ao ano. Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2015, a maioria dos integrantes do colegiado manteve a Selic inalterada, mas com dois votos dissidentes de alta (0,50 pp). Na próxima reunião do Copom, marcada para o dia 20 de janeiro, não está descartada a elevação da Selic, mesmo que seja de 0,25 ponto percentual.

No tocante ao câmbio, faltando poucos dias para a virada do ano, o mercado financeiro pouco alterou a aposta para o comportamento das principais moedas estrangeiras. De acordo com o Boletim Focus, o dólar deve chegar em 31 de dezembro valendo a R\$ 3,90, aposta idêntica à previsão da semana anterior. Há um mês, a previsão era de R\$ 3,95. Para o encerramento de 2016, a aposta é que o dólar deve alcançar a marca de R\$ 4,20, oitava alta consecutiva. (FONTE: UCHO.INFO)

## STF deixa processos contra políticos prescreverem

Lentidão da Justiça favorece parlamentares como Jader Barbalho, denunciado no rombo bilionário da Sudam. Em média, dois casos contra congressistas prescreveram por semana de julho a novembro



Marcos Oliveira/Ag. Senado

No caso de Jader, o tempo perdoou quase tudo: oito acusações criminais contra o senador prescreveram. O passar dos anos só fez bem ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Desde que completou 70 anos, em outubro de 2014, o ex-presidente do Congresso se livrou de oito acusações criminais no Supremo Tribunal Federal (STF). Com a idade, a morosidade da Justiça e infindáveis recursos, Jader viu reduzir à metade o

tempo de prescrição dos delitos dos quais era acusado. Resultado: não foi julgado por crimes como desvio de verba pública, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e contra o sistema financeiro. A ficha do senador está reduzida a uma singela suspeita de crime eleitoral e a um [novo inquérito da Operação Lava Jato](#).

O STF também arquivou nos últimos meses as denúncias de participação de Jader no rombo bilionário causado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) nos anos 1990. O escândalo provocou a renúncia de Jader à presidência do Senado e ao mandato em 2001. No ano seguinte ficou preso por 13 horas. Em 2013 foi condenado na Justiça Federal a devolver R\$ 2,3 milhões aos cofres públicos, mas recorreu e escapou do pagamento com a prescrição do delito.

Em agosto, o ministro Marco Aurélio Mello já havia mandado para o arquivo a acusação de que Jader autorizou pagamentos superfaturados pela desapropriação de uma fazenda no Amazonas, em 1988, quando era ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário no governo José Sarney. A denúncia do MPF foi aceita pelo STF em 2006, 18 anos depois do fato, mas nunca houve julgamento.

Jader não é o único político a se beneficiar da lentidão da Justiça. Levantamento da [Revista Congresso em Foco](#) revela que quase metade das 56 ações penais (processos que podem resultar em condenação) e inquéritos (investigações preliminares que podem levar a ações penais) arquivados pelo STF entre agosto e 19 de novembro prescreveram. Em menos de quatro meses, seis senadores e 11 deputados se livraram de 24 investigações, devido à lentidão da Justiça. Todos os crimes prescreveram.

Entre os congressistas beneficiados pela prescrição, cinco eram réus em ações penais: além de Jader, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e os deputados Arthur Lira (PP-AL), Cabo Sabino (PR-CE) e Wladimir Costa (SD-PA). Ao completar 70 anos em março, Marta Suplicy também se favoreceu da redução do prazo de prescrição. Livrou-se de um inquérito e uma ação penal por crimes contra a Lei de Licitações. O processo demorou uma década e caducou. A senadora era acusada de contratar ilegalmente uma ONG que ajudou a fundar quando era prefeita de São Paulo.

O novo número da Revista Congresso em Foco traz a relação completa dos processos contra parlamentares que prescreveram entre julho e novembro no STF. (FONTE: EDSON SARDINHA – CONGRESSO EM FOCO)

## Senadores de PMDB e PT lideram pendências no STF

Cerca de 40% dos 81 senadores estão sob investigação no Supremo Tribunal Federal (STF). Quase metade dos investigados é do PMDB e do PT; PP e PSDB vêm na sequência



Jonas Pereira/Ag. Senado

Os senadores na tensa sessão que manteve a prisão do senador Delcídio do Amaral

A [prisão do primeiro senador](#) no exercício do mandato desde a redemocratização ainda constringe o Senado. Mas Delcídio do Amaral (PT-MS) está longe de ser o único senador com problemas na Justiça. De cada dez senadores, quatro estão sob investigação no Supremo Tribunal Federal (STF). Dos 81 integrantes da Casa, pelo menos 30 respondem a inquérito ou ação penal na mais alta corte do país. Quase metade dos investigados são do PMDB e do PT. Juntos, esses dois partidos têm 13 nomes na lista dos senadores sob algum tipo de acusação criminal. Os dados são de levantamento feito com exclusividade pelo Congresso em Foco.

## Os senadores sob investigação, as suspeitas e suas explicações

Entre os 19 peemedebistas com assento na Casa, nove são investigados por algum tipo de crime. Na mesma situação se encontram quatro dos 13 petistas. Em seguida, aparecem o PP e o PSDB, com quatro parlamentares cada. Na bancada do Partido Progressista, apenas Ana Amélia (RS) e Wilder Morais (GO) não respondem a inquérito ou ação penal. Há 11 tucanos no Senado.

As suspeitas vão de crimes de corrupção, contra a Lei de Licitações e eleitorais até delitos de menor gravidade, como os chamados crimes de opinião.

Lava Jato

Ao todo, 14 senadores são investigados na Operação Lava Jato – do líder do PT, Humberto Costa (PE), ao presidente do oposicionista DEM, José Agripino Maia (RN). Entre eles, apenas Fernando Collor (PTB-AL) foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por corrupção e lavagem de dinheiro. Já Delcídio virou alvo de denúncia por tentar obstruir a Justiça. O ex-presidente é alvo de outros três inquéritos. Relator da Lava Jato no Supremo, o ministro Teori Zavascki ainda não marcou data para examinar a denúncia.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), também responde na Lava Jato a cinco inquéritos por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e corrupção passiva.

O senador ainda é alvo do Inquérito 2593, que apura denúncia que o levou a renunciar à Presidência do Senado, em 2007. Desde janeiro de 2013, há um parecer da Procuradoria-Geral da República oferecendo denúncia contra o parlamentar no caso. Dois anos e meio depois, o pedido não foi analisado. Renan é acusado de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso.

Quatro anos de prisão

Entre os senadores sob investigação, um está condenado a quatro anos e oito meses de prisão, em regime semiaberto, desde agosto de 2013. Ivo Cassol (PP-RO) até participou da votação que manteve Delcídio preso na semana passada. Cassol se agarra a recursos para não ter o mesmo destino que seu colega de estado, o ex-deputado Natan Donadon (RO), que saiu da Câmara diretamente para o Complexo Penitenciário da Papuda.

Os ministros consideraram Cassol culpado da acusação de ter direcionado licitações a empresas de conhecidos entre 1998 e 2002, quando era prefeito de Rolim de Moura (RO). O Supremo já negou recurso do senador, que insiste na expectativa de reduzir a pena. Sua última apelação estava na pauta do STF no início deste mês, mas foi retirada pelos ministros de última hora.

O ex-governador de Rondônia é o senador com mais pendências criminais no Supremo. Além da condenação, o senador acumula outros nove processos. Ele enfrenta duas ações penais, por calúnia e crime eleitoral, e outros sete inquéritos por peculato, improbidade administrativa, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, corrupção passiva, crimes contra o meio ambiente, contra o sistema financeiro e contra a Lei de Licitações. “Responderei apenas na Justiça o que devo a ela”, disse o ex-governador ao ser procurado pela reportagem.

Os dados do levantamento foram atualizados no último dia 19 de novembro na página do Supremo. (FONTE: CONGRESSO EM FOCO)

## **Pixuleco II: integrante da força-tarefa da Lava-Jato diz que denúncia contra Gleisi é “questão de tempo”**



Todo “pixuleco” será castigado. Eis o mantra primeiro da Operação Lava-Jato, da Polícia federal, que desmontou o maior escândalo de corrupção da história, o Petrolão, que durante uma década funcionou de forma deliberada na Petrobras.

O castigo da senadora Gleisi Helena Hoffmann (PT-PR), acusada por delatores da Lava-Jato de receber R\$ 1 milhão de propina do Petrolão, e principal suspeita – junto com o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo da Silva – de ter se beneficiado de um esquema criminoso investigado pela Operação Pixuleco II, 18ª fase da Lava Jato, está prestes a chegar. Gleisi está na iminência de ser denunciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A revelação é de um integrante da força-tarefa que investiga Gleisi e foi feita ao jornal Gazeta do Povo.

“Os investigadores da Lava Jato acreditam ser apenas questão de tempo para que a senadora Gleisi Hoffman seja denunciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com um integrante da força-tarefa, as buscas e apreensões realizadas no escritório do advogado paranaense Guilherme Gonçalves, também investigado, teriam fornecido elementos suficientes para uma denúncia por parte da Procuradoria-Geral da República (PGR)”, diz o jornal.

“O caso de Gleisi envolve a empresa Consist e o Ministério do Planejamento [na época em que era comandado pelo marido da senadora, o então ministro Paulo Bernardo]. Foi desmembrado da Lava-Jato por uma decisão do STF e atualmente é investigado em São Paulo. O inquérito estava parado no Ministério Público Federal paulista e só na semana passada os documentos foram repassados à Polícia Federal de São Paulo”, diz o jornal.

Como o esquema criminoso investigado pela Pixuleco II envolvia o Ministério do Planejamento, não a Petrobras, o Supremo decidiu remeter o inquérito para São Paulo. O “fatiamento” da investigação foi ruidosamente comemorado por Gleisi e pelo PT, que imaginavam ser um passo para a impunidade. No entanto, a expectativa não se confirmou. As evidências contra a senadora são tão robustas que uma denúncia ao STF deve acontecer em breve.

O esquema Consist pode ter rendido R\$ 52 milhões e cerca de R\$ 8 milhões foram parar nas contas do advogado de Gleisi, o petista Guilherme Gonçalves. Desde que começou a receber dinheiro da Consist, o advogado, que atendia a senadora e o marido em questões eleitorais e era regulamente remunerado por seu trabalho, passou a bancar as despesas de Gleisi. Inclusive pagava o salário do seu motorista. (FONTE: UCHO.INFO)

## Paraná tem 24 das piores universidades do país; duas em Londrina

O Ministério da Educação (MEC) divulgou uma lista de avaliação de todas as instituições de ensino superior do país. Das 2.042 instituições avaliadas, 324 foram consideradas insatisfatórias. Destas, 24 estão no Paraná, sendo duas em Londrina.

Para ser "reprovada", uma instituição precisa ficar abaixo da faixa 3 do Índice Geral de Cursos (IGC) que varia numa escala de 1 a 5 e é o indicador oficial de qualidade do ensino superior no país. Calculado anualmente, o IGC considera o rendimento dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) realizado em 2014, além da infraestrutura e qualidade do corpo docente.

Universidades avaliadas com notas 1 e 2 sofrem punições por parte do MEC, como, por exemplo, a proibição de novos vestibulares até que a instituições aponte soluções para melhora do desempenho. Veja lista quais as instituições de ensino superior receberam as piores avaliações do Ministério da Educação no Paraná:

- UNIÃO LATINO-AMERICADA DE TECNOLOGIA - Jaguariaíva (PR)
- FACULDADE SANT'ANA - Ponta Grossa (PR)
- FACULDADE CRISTO REI - Cornélio Procópio (PR)
- FACULDADE DE TECNOLOGIA INESUL DO PARANÁ - Curitiba (PR)
- FACULDADE DE TECNOLOGIA AMÉRICA DO SUL - Maringá (PR)
- FACULDADE NORTE PARANAENSE (Uninorte) - Londrina (PR)
- FACULDADE DE TECNOLOGIA CETEP - Curitiba (PR)
- FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU - Dois Vizinhos (PR)
- FACULDADE UNILAGOS - Mangueirinha (PR)
- FACULDADE EDUCACIONAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - Cornélio Procópio (PR)
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ - Curitiba (PR)
- CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MANDAGUARI - UNIMAN - Mandaguari (PR)
- FACULDADES SPEI - Curitiba (PR)

- 📖 FACULDADE PARANAPANEMA - Porecatu (PR)
- 📖 FACULDADE UNISSA DE SARANDI - Sarandi (PR)
- 📖 FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI TELÊMACO BORBA - Telêmaco Borba (PR)
- 📖 FACULDADE DOM BOSCO DE UBIRATÃ - Ubiratã (PR)
- 📖 FACULDADE DE CIÊNCIAS DE WENCESLAU BRAZ - Wenceslau Braz (PR)
- 📖 FACULDADE ARTHUR THOMAS - Londrina (PR)
- 📖 FACULDADE DE TECNOLOGIA MACHADO DE ASSIS - Curitiba (PR)
- 📖 FACULDADE EDUCACIONAL DE DOIS VIZINHOS - DOis Vizinhos (PR)
- 📖 FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITA - Curitiba (PR)
- 📖 FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR KM 125 - Cornélio Procópio (PR)
- 📖 FACULDADE DE REALEZA - Realeza (PR)

Resposta:

Em nota, a Faculdade Arthur Thomas informou que, no ano de 2014, nenhum curso da Instituição participou do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

"O resultado do ENADE realizado pelos estudantes da Faculdade Arthur Thomas no ano de 2015 somente será divulgado pelo Ministério da Educação no segundo semestre de 2016.

De acordo com o Ministério da Educação, os cursos de graduação da Faculdade Arthur Thomas possuem os seguintes Conceitos de Curso: Administração (5,0), Direito (4,0), Gestão de Recursos Humanos (3,0), Marketing (4,0), Logística (4,0), Gestão Ambiental (4,0), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (4,0) e Redes de Computadores (4,0)." (FONTE: THAMIRIS GERALDINI - REDAÇÃO BONDE)

## Real é a moeda que mais se desvalorizou em 2015

Divisa perdeu quase 34% de seu valor. Melhor retorno é do shekel israelense: alta de 0,93%

NOVA YORK - A dez dias do fim do ano, o real está se consolidando como a moeda que mais perdeu valor ante o dólar em 2015. Nesta segunda-feira, [a divisa americana fechou cotada a R\\$ 4,022 na compra e a R\\$ 4,024 na venda](#) — a maior cotação de fechamento desde os R\$ 4,059 de 29 de setembro, refletindo as incertezas do mercado com relação à saída de Joaquim Levy do ministério da Fazenda, agora sob o comando de Nelson Barbosa.

Levando em conta o recuo desta segunda-feira, a moeda brasileira já acumula queda de 33,68%. O percentual supera a desvalorização de moedas como o peso argentino (-33,33%), peso colombiano (-31,05%), lira turca (-20,65%) e rublo russo (-17,57%), de acordo com dados da Bloomberg.

Do outro lado estão as divisas que estão dando os melhores retornos em 2015. Em primeiro lugar está o shekel israelense (valorização de 0,93%), seguido do dólar de Hong Kong (0,01%). Mas, a partir do terceiro colocado, o resultado já é negativo, com o recuo de 0,75% do franco suíço.

A publicação cita ainda analistas da Oxford Economics, que afirmaram que o governo usava “as credenciais pró-mercado de Levy para prometer (sem cumprir) medidas de austeridade”. Sobre Barbosa, os especialistas ressaltam que ele foi um dos responsáveis pela nova matriz econômica, adotada no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff. (FONTE: G1)

## Maria Victoria votou a favor do auxílio moradia para juízes mas defende corte no Bolsa Família



Raoni de Assis Marques

A Deputada Estadual Maria Victória (PP) causou polêmica ao defender o corte de R\$ 10 bilhões nos recursos do Bolsa Família, proposto pelo pai da parlamentar, o Deputado Federal Ricardo Barros (PP) na proposta orçamentária de 2016.

No entanto, a mesma deputada, que acha que o governo repassar R\$ 77 reais a famílias carentes é “dar o peixe e não ensinar a pescar” conforme áudio publicado no Blog do Esmael, votou a favor do auxílio moradia para o judiciário de R\$ 4 mil reais, aquele que é conhecido como “Bolsa Miami”.

O tema foi levantado em discussões sobre o assunto na rede social Facebook.

Qual a lógica? Bolsa terno pode. Bolsa comida não pode. (FONTE: FOLHA DE MARINGÁ)

## Seis motivos para manter-se ativo

Longevidade, questões estéticas e de sociabilidade podem melhorar com a prática regular de exercícios. Ir até o Parque Barigui para caminhar ou correr no Jardim Botânico é uma prática cada vez mais normal. Mas ao que tudo indica, isto pode ser só uma impressão. Segundo uma [pesquisa divulgada pelo Ministério do Esporte](#), 45,9% da população brasileira é sedentária – superando o de países como dos Estados Unidos e da China – problema que também é uma das causas de doenças multifatoriais, como a obesidade. Por isso, a prática de atividades físicas deve fazer parte do dia a dia para que os benefícios sejam reais e duradouros.

Os motivos que tornam os dados tão altos variam entre falta de tempo e de vontade. Segundo o preparador físico Marcio Atalla, o ser humano é um ser poupador de energia e o exercício não é inato. “É necessário criar o hábito de fazer atividade física, que deve estar atrelado a outros fatores, tais como uma alimentação saudável, contemplando todos os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo”, explica. Segundo ele, para ter bons resultados, o exercício deve ser praticado com regularidade. Seja uma caminhada diária e intensa de 30 minutos à prática de natação três vezes por semana, o importante é o fato de estar em movimento sem esquecer da alimentação balanceada. Vale lembrar que o corpo depende de todos os nutrientes para responder às atividades físicas.

### 1. Longevidade

As pessoas que praticam exercícios vivem mais, pois ajuda no controle de doenças e na manutenção de níveis bons de colesterol, de pressão arterial e de glicemia.

### 2. Autonomia

Com os exercícios, outras atividades do dia a dia tornam-se mais fáceis porque o corpo passa a ganhar força e resistência muscular. O sistema imunológico também fica mais forte.

### 3. Economia

O movimento está relacionado à medicina preventiva, ou seja, os benefícios das atividades são tantos que até podem evitar gastos médicos no futuro, já que o corpo permanece mais forte e resistente. Segundo ele, uma pessoa sedentária vai ao médico sete vezes mais do que aqueles que praticam exercícios.

### 4. Autoestima

Fazer exercício libera endorfina, melhora a postura e deixa o corpo e a pele mais bonita, refletindo na autoconfiança e no bem estar consigo mesmo.

### 5. Sociabilidade

O exercício proporciona a criação de uma rede de pessoas que gostam de praticá-los juntas, seja na academia, no parque ou em qualquer outro espaço, promovendo encontros prazerosos.

### 6. Estética

O padrão de beleza é individual, mas as atividades físicas contribuem para qualquer gosto, principalmente, para quem busca o emagrecimento ou o fortalecimento dos músculos.

(FONTE: VIVER BEM – GAZETA DO POVO)